

EDUCAÇÃO INDÍGENA, DO CAMPO E QUILOMBOLA: CONTRIBUIÇÕES AO NOVO PNE BRASILEIRO

Alexandre Ramos de Azevedo (Coordenador)

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

Alvana Maria Bof, Inep

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

Márcio Alexandre Barbosa Lima

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

Palavras-chave: Educação Indígena; Educação do Campo; Educação Quilombola.

Resumo Expandido:

O governo federal enviou ao Congresso Nacional, em 27 de junho de 2024, o Projeto de Lei (PL) nº 2.614/2024, que visa aprovar um novo Plano Nacional de Educação (PNE). Considerando que a vigência do PNE 2024-2024 foi prorrogada até 31 de dezembro de 2025, há a expectativa de que o ano em curso seja marcado por intenso debate, seja no Parlamento brasileiro ou seja em outros fóruns da sociedade, inclusive eventos científicos do campo educacional.

A Lei nº 13.005/2014, que aprovou o PNE em vigor, estabeleceu a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), de a “cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PNE”, publicar “estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas” (BRASIL, 2014).

Nos quase 11 anos que se passaram, o Inep apresentou à sociedade brasileira em geral e ao campo educacional em específico, o resultado dos estudos desenvolvidos por uma equipe de pesquisadores localizados em sua Coordenação-Geral de Estudos Educacionais (CGEE), da Diretoria de Estudos Educacionais (Dired), tais como: Linha de Base do PNE 2014-2024 e 5

relatórios de monitoramento das metas do PNE; *Painel de Monitoramento do PNE*, atualizado anualmente; 5 números da série *PNE em Movimento* e 8 números da série *Textos para Discussão*; e 10 volumes da série *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*, contendo um total de 81 artigos.

O *Documento Final* da Conae 2024 ressaltou como de “muita importância e centralidade os estudos do [Inep], especialmente os Relatórios dos quatro Ciclos de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação” (BRASIL. MEC. FNE, 2024, pp. 17-18).

Entretanto, após os primeiros anos dedicados à própria formação do grupo e consolidação de uma metodologia de monitoramento do PNE, foi a partir da criação da série *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*, em 2018, que os pesquisadores da CGEE/Dired/Inep passaram a fazer uso de um instrumento contínuo “destinado à publicação de estudos e pesquisas voltados à análise, ao monitoramento e à avaliação de políticas educacionais, programas e planos de educação” (BOF; OLIVEIRA, 2018, p. 7).

Em dezembro de 2024 foi publicado o décimo e último volume dos *Cadernos*, com novas *Contribuições ao Novo Plano Nacional de Educação*. O presente *Simpósio Temático* (ST) visa dar relevo a um conjunto de pesquisas desse grupo de pesquisadores que se voltaram ao tema da *Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola*. O tema central do SP articulará a apresentação dos 4 simposistas, que se referenciarão em artigos publicados recentemente nos *Cadernos* do Inep:

i. Balanço do fechamento das escolas no meio rural brasileiro (2013-2023)

O fechamento de escolas no meio rural do Brasil é um fenômeno que ocorre desde a década de 1990, provocando significativos impactos nas comunidades do campo. Vários estudos, registros e denúncias têm sido divulgados, chamando a atenção para essa situação, que pode estar ameaçando o direito à educação das populações do campo. Diante desse contexto, este estudo busca apresentar um balanço sobre a evolução do fechamento de escolas localizadas no meio rural brasileiro na década de 2013 a 2023, dimensionando sua extensão, localização territorial e etapas e modalidades de ensino afetadas. Para tal, realizam-se análises descritivas utilizando dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Os resultados indicam que o fechamento de escolas localizadas no meio rural continua a avançar na grande maioria das unidades federativas, afetando com maior ênfase alguns estados. Análises mais detalhadas considerando as redes, etapas e modalidades da educação básica indicaram que o processo de fechamento ocorre principalmente nas redes municipais, envolvendo escolas que ofertam a pré-escola e, especialmente, os anos iniciais do ensino fundamental. No caso dos anos finais do ensino fundamental houve uma pequena redução e, para as creches e o ensino médio, ocorreu um aumento no número de escolas que as ofertam. Para a modalidade de educação de jovens e adultos, observa-se o decréscimo de escolas que ofertam essa modalidade no ensino fundamental, não se observando o mesmo no ensino médio [...] (OLIVEIRA; BOF; BASSO, 2024).

ii. Aldear os planos nacionais de educação: a educação escolar indígena e os desafios para o próximo decênio

O estudo busca contribuir com as discussões sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE) no que diz respeito à educação escolar indígena. Inicialmente, faz-se uma comparação entre o desenho adotado no atual PNE (2014-2024) com o daquele que o antecedeu, no tocante à construção das metas e dos objetivos relacionados aos indígenas. Em seguida, analisam-se os resultados alcançados no último Plano com fundamento nos indicadores de monitoramento do PNE. Os dados sinalizam que esses povos apresentam os índices mais críticos em várias metas e, portanto, deveriam ser a referência na elaboração de políticas equitativas. Como conclusão, o trabalho sugere a inclusão de metas e estratégias específicas da educação escolar indígena no próximo Plano, baseadas nas demandas elaboradas nos diversos Fóruns de Educação Escolar Indígena e na experiência adquirida por meio do monitoramento do atual PNE (LIMA; SANTOS, 2023).

iii. Escolas indígenas, do campo e quilombolas: escolas com “localização diferenciada” ou escolas com “educação diferenciada”?

Com o objetivo de avançar a discussão iniciada em artigo anterior [...], este trabalho se propõe a responder algumas perguntas de pesquisa [...]: i) podemos chamar de escolas indígenas, escolas do campo e escolas quilombolas as escolas que, respectivamente, se localizam em terras indígenas, no campo (ou áreas rurais) e em áreas remanescentes de quilombos (ou territórios quilombolas)?; e ii) as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira fornecem todas as informações necessárias ao monitoramento do novo PNE [...]? Para responder a essas e demais questões propostas, usamos [...] análises estatísticas realizadas com base em informações oferecidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE e pelo Censo Escolar do Inep. A resposta à pergunta que o título deste artigo propõe não é a primeira nem a segunda opção, pois, conforme defendemos, precisa haver a conjugação de ambos os aspectos: localização diferenciada da escola no território e modalidade de educação diferenciada. Por fim, propomos, neste artigo, provisoriamente, alguns indicadores para o monitoramento inicial das metas que constam do Projeto de Lei nº 2.614/2024 (AZEVEDO; SANTOS, 2024).

Cada um destes recortes fundamenta-se, portanto, em pesquisas com justificativa, problema de pesquisa, metodologia, resultados e discussão próprios, conforme os resumos retro apresentados procuram definir. Entretanto, pode-se considerar, em termos finais, que o ST em tela, assim como o vol. 10 dos Cadernos do Inep como um todo:

[...] ganha especial relevância no atual contexto, marcado pela discussão, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei nº 2.614/2024 [...]. Os estudos realizados oferecem análises qualificadas sobre a evolução da educação no País, os desafios que se apresentam e questões-chave relativas à superação das desigualdades educacionais e à promoção da equidade (ALVES; MELO, 2024, pp. 5-6).

O conjunto de pesquisas selecionados para compor este ST são a contribuição inicial, desse grupo de pesquisadores pertencentes à CGEE/Dired/Inep para os debates que se darão em torno da temática *Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola* durante o ano de 2025.

Referências

ALVES, M. T. G; MELO, M. F. P. C. Apresentação. In: BOF, A. M.; MORAES, G. H.; BASSO, F. V. (Orgs.). **Contribuições ao novo Plano Nacional de Educação III: redução das desigualdades**. Brasília, DF: Inep, 2024.

AZEVEDO, A. R.; SANTOS, R. Escolas indígenas, do campo e quilombolas: escolas com “localização diferenciada” ou escolas com “educação diferenciada”? In: BOF, A. M.; MORAES, G. H.; BASSO, F. V. (Orgs.). **Contribuições ao novo Plano Nacional de Educação III: redução das desigualdades**. Brasília, DF: Inep, 2024.

BOF, A. M.; OLIVEIRA, S. (Orgs.) **Cadernos de estudos e pesquisas em políticas**. Brasília, DF: Inep, 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Disponível em: <[Lei 13.005/2014](#)>.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fórum Nacional de Educação (FNE). Conae 2024. **Plano Nacional de Educação (2024-2034): política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável** (Documento Final). Disponível em: <[Documento Final da Conae 2024](#)>.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2.614/2024. **Propõe o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034**. Disponível em: <[PL 2.614/2024](#)>.

LIMA., M. A. B.; SANTOS, R. Aldear os planos nacionais de educação: a educação escolar indígena e os desafios para o próximo decênio. In: MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. M.; BOF, A. M. (Orgs.). **Contribuições ao novo Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Inep, 2023.

OLIVEIRA, A.; BOF, A. M.; BASSO, F. Balanço do fechamento das escolas no meio rural brasileiro (2013-2023). In: BOF, A. M.; MORAES, G. H.; BASSO, F. V. (Orgs.). **Contribuições ao novo Plano Nacional de Educação III: redução das desigualdades**. Brasília, DF: Inep, 2024.